

A(S) PRÁTICA(S) PSI NO SUAS: (RE)PENSANDO QUESTÕES DE GÊNERO

PSYCHOLOGY PRACTICES IN "SUAS": RETHINKING GENDER ISSUES

Maria Luiza Adoryan MACHADO* 
Silvia Virginia Coutinho AREOSA** 

Resumo: Este ensaio qualitativo parte de uma proposta de intervenção sobre questões de gênero, realizado através de um serviço que compõe o Sistema Único de Assistência Social, localizado em uma cidade no interior do RS. O objetivo foi relacionar as práticas da Psicologia nesse serviço público com as demandas que emergem no território, que são sinalizadas pelas/os próprias/os usuárias/os enquanto necessidades que podem ser trabalhadas pelo referido serviço socioassistencial. Realizou-se grupo focal com famílias referenciadas, tendo como temática de intervenção "o papel do homem na família". Tal tema foi apontado pelos próprios sujeitos participantes enquanto demanda para intervenção da Psicologia. A partir das pistas obtidas em campo, identificou-se que, muitas vezes, o homem é socialmente relacionado à figura de provedor/trabalhador e dedica-se pouco às questões familiares/domésticas. Neste sentido, as responsabilidades familiares/domésticas são atribuídas à mulher. As questões de gênero foram colocadas em xeque pelo grupo, a partir de uma reflexão coletiva sobre algumas atribuições relacionadas ao homem e à mulher, compreendidas como questões de gênero.

Palavras-chave: Família. Gênero. Psicologia.

Abstract: This qualitative essay is based on a proposal of intervention on gender issues, carried out through a service that makes up the Unified System of Social Assistance, located in a city in the interior of the state of Rio Grande do Sul. The objective was to relate the Psychology practices in this public service with the demands that emerge in the territory, which are signaled by the users themselves as needs that can be worked on by this social assistance service. A focal group was carried out with referential families, having as a theme of intervention "the role of men in the family". This theme was pointed out by the participants themselves as a demand for intervention by Psychology. From the clues obtained in the field, it was identified that, many times, the man is socially related to the figure of provider/worker and dedicates little to family/domestic issues. In this sense, family/domestic responsibilities are assigned to the woman. Gender issues were put in check by the group, from a collective reflection on some attributions related to men and women, understood as gender issues.

Keywords: Family. Gender. Psychology.

Submetido em 08/10/2021.

Aceito em 11/12/2021.

*Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Psicóloga e ativista. Av. Independência, 2293, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. E-mail: luiza_adoryan@hotmail.com

**Universidade de Santa Cruz do Sul, Departamento de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Mestrado Profissional em Psicologia. Av. Independência, 2293, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. E-mail: sareosa@unisc.br



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

1. INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a compor o tripé da Seguridade Social, constituído também pela Previdência Social e pela Saúde. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei Federal nº 8.742), promulgada em 1993, assegura a Assistência Social como direito do cidadão (política não-contributiva) e como um dever do Estado.

Neste sentido, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), proveniente da LOAS, foi uma conquista coletiva que, desde a sua aprovação (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004) pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), buscou romper com a lógica de clientelismo, assistencialismo ou caridade associada à Assistência Social. Vemos, então, “um momento histórico e assim devemos concebê-lo, ensejando todos os esforços na operacionalização desta política” (BRASIL, 2009a, p. 11).

Reis e Cabrera (2013) consideram que a Política Nacional de Assistência Social é uma política redistributiva ou compensatória, pois beneficia alguns grupos de pessoas que vivem diariamente dificuldades no acesso aos direitos básicos sociais. Segundo a Constituição de 1988, art. 6º, são direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, p. 18).

Sendo assim, um novo modelo de gestão na Assistência Social é materializado a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005. Trata-se de “um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (BRASIL, 2009b, p. 86).

A partir do SUAS é instituída a proteção social em dois patamares, a básica e a especial: A) a proteção básica é operacionalizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), atuando na prevenção de situações de vulnerabilidade social, denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); B) a proteção social especial é operacionalizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), atuando nas situações em que a violação de direito já tenha sido instaurada (BRASIL, 2009a), configurando-se, assim, em um serviço que atende demandas de média e alta complexidade, denominado Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI).

O presente texto objetiva apresentar um ensaio teórico analítico acerca da atuação da Psicologia no CRAS, especificamente nos grupos mensais PAIF de um CRAS localizado no interior do Rio Grande do Sul (RS), onde mães, pais e/ou cuidadoras/es, profissionais do CRAS e demais atores¹ refletem e debatem

¹ Os encontros dos grupos PAIF ocorrem nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de cada bairro referenciado ao CRAS em questão. Sendo assim, um funcionário do SCFV também participa dos grupos PAIF, conforme escala própria. Isto é, cada SCFV possui um grupo PAIF, bem como cada SCFV e grupo PAIF possui uma técnica de referência (Psicóloga ou Assistente Social) do CRAS referenciado. Sendo assim, os encontros contam com a participação de uma técnica de referência do CRAS, um profissional do SCFV e as mães, pais e/ou cuidadoras/es das crianças e jovens matriculados no SCFV. Além disso, o convite em participar de tal espaço é estendido para demais integrantes da família que esteja em acompanhamento PAIF, bem como das/os demais moradores do território referenciado ao CRAS, a fim de promover espaços de convívio social e fortalecimento de vínculos entre a comunidade.

coletivamente acerca de alguns temas propostos pelo próprio grupo. Para tanto, definiu-se que as questões de gênero seriam trabalhadas com um grupo-PAIF localizado em um bairro referenciado ao CRAS.

O grupo-PAIF corresponde a encontros mensais entre a comunidade; isto é, os encontros são abertos à comunidade do território de abrangência do CRAS. Os encontros ocorrem conforme cronograma pré-definido anualmente pelo CRAS, em que mães, pais, cuidadoras/es e equipe CRAS (técnica de referência) discutem e trocam experiências através de alguma oficina ou roda de conversa coordenada pela técnica de referência do CRAS (Psicóloga ou Assistente Social).

O tema de gênero foi apontado pelas/os próprias/os usuárias/os enquanto demanda importante e necessária para debate no grupo, considerando que há um incentivo para que os sujeitos identifiquem e sinalizem com quais temas o grupo-PAIF pode trabalhar em cada encontro mensal. Sendo assim, gênero aparece enquanto demanda nas relações familiares e dos demais meios de trocas interpessoais entre seus membros, em situações muitas vezes complexas, que envolvem tabus e estigmas, mas que dadas as situações difíceis e problemáticas que surgem, é vista enquanto situação familiar importante e é sinalizada enquanto demanda que pode ser trabalhada com o apoio da Psicologia e da Assistência Social:

Tem coisa que a gente sabe que é difícil de homem fazer, porque nunca aprendeu como é que faz [...] e nem sempre a gente deixa fazer, né [...] se eu tô fora de casa e, por exemplo, tem roupa pra estender ou uma louça pra lavar, eu sei que ele [esposo] vai fazer direitinho, só que eu tenho que pedir, se não ele não faz.² (Fala de Maria³ em encontro realizado com grupo-PAIF. Diário de campo, registro de setembro/2019).

Para tanto, utilizou-se a técnica de grupos focais (GF) e, enquanto um ensaio de abordagem qualitativa, consultou-se referências bibliográficas que apontam questões importantes sobre a atuação da Psicologia na Assistência Social. Sendo assim, a metodologia se dá a partir dos registros em diário de campo e do referencial bibliográfico consultado sobre questões de gênero e da atuação Psi no CRAS. Neste sentido, considera-se importante identificar outras experiências em outros serviços de assistência básica, pois são diferentes contextos que caracterizam demandas múltiplas, porém, também há uma possibilidade de encontrar convergências que aproximam tais realidades, além de que, entre divergências e convergências, há uma soma de experiências e saberes que fortalecem o fazer-Psi nas políticas públicas.

2. SOBRE O CRAS E DA(S) PRÁTICA(S) PSI NESTE SERVIÇO PÚBLICO

Inicialmente, considera-se que a (re)construção da política pública de Assistência Social no Brasil deve voltar a sua atenção ao arranjo que compõe a proteção social: às pessoas, as suas circunstâncias (especificidades nos modos de ser e estar no mundo) e a sua rede de apoio, que como núcleo, tem-se a família (BRASIL, 2009a). A proteção social é: A) a segurança de sobrevivência ou de rendimento e de

² Os trechos de registros no diário de campo aqui citados estarão em formato itálico para se diferenciar das citações bibliográficas.

³ Os nomes mencionados no presente ensaio são fictícios.

autonomia (através de benefícios continuados e eventuais); B) a segurança de convívio ou vivência familiar (através de ações, cuidados e serviços) e C) a segurança de acolhida (através de ações, cuidados, serviços e projetos). A proteção social exige estratégias efetivas de “maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que os riscos e vulnerabilidades se constituem” (BRASIL, 2009a, p. 15).

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009b). É, assim, uma unidade que se diferencia dos demais serviços de Assistência Social, pois além da oferta de serviços e ações, “possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica”, além de buscar ter um adequado “conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS” (BRASIL, 2009b).

Interessante complementar a este ensaio o que se entende por proteção social básica. Segundo os Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos/os na Política de Assistência Social (CFESS, 2007), pode-se dizer que “básico é aquilo que é basilar, mais importante, fundamental, primordial, essencial, ou aquilo que é comum a diversas situações” (p. 11). Sendo assim, a Política de Assistência Social Básica (PSB) está referida a “ações preventivas que reforcem a convivência, socialização, acolhimento e inserção” (p. 12) e possuem um caráter voltado prioritariamente para a família.

Neste sentido, o CRAS é o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica. Encontra-se localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias e constitui um espaço de estratégias pela busca e manutenção de acesso aos direitos básicos, materializando o que preconiza a política de Assistência Social e sendo, na maioria das vezes, o primeiro acesso das famílias a esses direitos. Isto é, configura-se como a porta de entrada ao SUAS (BRASIL, 2009a).

Quanto à localização e área de abrangência, o CRAS deve estar localizado em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social. Todavia, a Norma Operacional Básica/SUAS (2005) reconhece que diagnosticar a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social é uma tarefa complexa. Ao reconhecer esta dificuldade, a NOB-SUAS admite que os CRAS sejam instalados, prioritariamente, em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, uma vez que as vulnerabilidades sociais podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias, configurando, assim, a baixa renda enquanto fator determinante no acesso a programas de transferência de renda pelo Estado, por exemplo.

Sabendo que o CRAS é considerado a “porta de entrada” da Assistência Social (BRASIL, 2009a; ANDRADE; MORAIS, 2017), seu caráter preventivo visa evitar o agravamento das vulnerabilidades e riscos

sociais, dedicando esforços para que não ocorra violação dos direitos de cidadania e se fortaleçam os vínculos familiares e comunitários.

A Norma Operacional Básica – RH do SUAS (BRASIL, 2011) cita quais são os serviços de proteção social básica, isto é, no CRAS: A) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); B) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); C) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Dessa forma, o CRAS é referência para trabalhar com as demandas de proteção social básica emergentes do território de abrangência. Serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo são estratégias a serem propostas pela própria unidade em questão ou por entidades de assistência social pública ou privada sem fins lucrativos, desde que estas estejam referenciadas ao CRAS (BRASIL, 2009b).

Sendo assim, segundo o Departamento de Proteção Social Básica (BRASIL, 2017), o PAIF consiste no desenvolvimento de um trabalho social com as famílias referenciadas ao CRAS, de caráter continuado, com o propósito principal de fortalecer vínculos na família e comunidade, bem como a função protetiva das famílias. Na via de prevenção, trata-se de um serviço voltado a prevenir a ruptura dos vínculos entre os sujeitos da família. Desta forma, o PAIF visa promover o acesso e usufruto de direitos pelos sujeitos, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida e promovendo autonomia.

Já o SCFV, conforme mencionado anteriormente, é realizado em grupos, organizados por faixa etária, de modo a promover aquisições progressivas, trocas culturais e de aprendizagens importantes para cada ciclo vital (crianças, adolescentes, adultos e idosos). Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária (BRASIL, 2017). Neste sentido, as interações vivenciadas nas atividades desenvolvidas no SCFV, sendo brincadeiras, atividades pedagógicas, rodas de conversa, oficinas e etc, ajudam para que as/os trabalhadoras/es e as crianças/jovens/pessoas idosas (conforme a faixa etária) compartilhem experiências diversas e singulares, sendo um momento importante para estreitar laços, trocar afetos e conquistar mútuos aprendizados (BRASIL, 2017). Através da convivência, tem-se o desenvolvimento pessoal e interpessoal como principal resultado, onde o SCFV, o CRAS e a comunidade possuem importante parceria para o planejamento e desenvolvimento das atividades propostas.

O SCFV é uma das vias para realização de acompanhamento familiar previsto através do PAIF, em que se promove o atendimento das famílias dos usuários (crianças, adolescentes e idosos/os que frequentam os SCFV), garantindo a matricialidade sociofamiliar⁴ da política de Assistência Social. Aqui é importante mencionar que, atualmente, são oito unidades SCFV referenciadas ao CRAS em questão, sendo sete unidades SCFV que atendem crianças e adolescentes (6-15 anos de idade) no turno inverso ao da escola e

⁴ Entende-se que, assim como apontado por Cronemberger e Teixeira (2015), a Política de Assistência Social está “incluída no sistema de proteção social, sob a rubrica da seguridade social, adota a matricialidade sociofamiliar como seu princípio estruturador” (p. 133) e, assim, “fica claro que esta é uma estratégia que visa oferecer proteção para que a família cumpra seu papel social principal, o de cuidado, sustento, educação, socialização dos seus membros” (p. 139).

um SCFV que atende pessoas idosas (a partir de 60 anos de idade). Os SCFV para crianças e adolescentes estão localizados em bairros diferentes, sendo que todos os bairros estão referenciados ao CRAS em questão. Vale mencionar que, atualmente, há um projeto em andamento para construção de um SCFV para pessoas de 18 a 59 anos de idade no território supracitado.

Os profissionais de Psicologia compõem as equipes básicas de todos os serviços e programas organizados pelas diretrizes do SUAS. Junto a/ao Assistente Social, a/o Psicóloga/o é responsável por organizar, planejar, executar e coordenar todas as ações propostas. Desta forma, a atuação das/os Psicólogas/os no SUAS “deve estar fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social” (CFESS, 2007, p. 32).

Segundo as Referências Técnicas para Atuação da/o Psicóloga/o no CRAS/SUAS (CREPOP, 2007), as atividades da/o profissional de Psicologia no CRAS “devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco”, tendo o objetivo de “atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”, bem como, “por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas” (p. 23). Sendo assim, conforme parâmetros para atuação de Psicóloga/os e Assistentes Sociais na PNAS, a/o Psicóloga/o, no campo de Assistência Social e, especificamente no CRAS,

[...] pode desenvolver diferentes atividades em espaços institucionais e comunitários. [...] com crianças, adolescentes e adultos, de forma individual e/ou em grupo, priorizando o trabalho coletivo, possibilitando encaminhamentos psicológicos quando necessário, desenvolvendo métodos e instrumentais para atendimento e pesquisa com um olhar para o grupo familiar. [...] Seu trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social e/ou definição de políticas públicas. (CFESS, 2007, p. 32).

Considerando que este ensaio emerge de uma vivência em Psicologia no serviço público em discussão, se faz importante mencionar que muitos dos pontos supracitados acerca de como deve e pode se dar a atuação Psi no CRAS, conforme referenciados nas normativas que orientam e parametrizam esta categoria profissional, foram realmente identificados no campo de atuação. Identificou-se que a equipe atua de forma interdisciplinar na construção de ações e atividades que visam o desenvolvimento e fortalecimento de vínculos individuais, familiares e comunitários. Há uma atenção em criar maneiras possíveis de trabalho em rede, articulando ideias e trabalhando as demandas comunitárias na rede de serviços que atende o território. Há também uma atenção por parte da equipe na questão de referência e contra-referência entre os serviços públicos da rede, na atenção e cuidado de demandas que são entendidas de forma singular para cada caso atendido. Também é importante mencionar a ética e cuidado por parte da equipe de modo geral no tratamento de cada caso, do respeito à pluralidade nos modos de ser e estar no mundo e das

especificidades do território referenciado ao CRAS em questão. Neste sentido, alguns registros no diário de campo podem contextualizar questões que emergem do *setting* de atuação:

Desde o primeiro dia de intervenção, sigo aprendendo sobre o fluxo no serviço (acolhimentos, evolução de prontuários, encaminhamentos, busca ativa, grupos, reuniões, comunicação em rede etc.) e me inserindo nas atividades da Psicologia neste local. Identifiquei que as atribuições do CRAS são diversas, com tarefas das mais variadas e que requer uma atenção dobrada. Isto porque, devido ao grande número de famílias atendidas pelo serviço, a questão histórica de cada caso se faz importante para uma compreensão geral dos encaminhamentos já realizados e das demandas atuais. Os registros nos prontuários e informações lançadas no Sistema Social se fazem absolutamente necessários para entender cada caso atendido, mas além disso, compreender as especificidades de cada sujeito e sua família, do que vemos e sentimos em cada atendimento, são detalhes também importantes e que nem sempre o fluxo burocrático possibilita registrar. Sinto que a equipe se esforça em realizar escuta ativa e os devidos encaminhamentos na rede; não sinto, apenas, mas as comprovo diariamente. (Diário de campo, registro de setembro/2019).

Gesser (citado por PIMENTA; VALENCIO; LEMOS, 2017) afirma que a Psicologia vem produzindo conhecimentos que rompem com a lógica normalizadora, higienista e individualizante da ciência na atuação profissional, pois é possível identificar que, atualmente, há um enfoque cada vez maior na construção de referências com vistas a uma atuação profissional comprometida com a garantia dos direitos humanos. Neste sentido, as práticas Psi se envolvem cada vez mais na criação e manutenção de vias que promovam o acesso da população a dispositivos democráticos, na direção de um mundo de igualdade e liberdade e novas possibilidades.

3. SOBRE O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)

Em 2004, o PAIF tornou-se ação continuada da Assistência Social, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva nas unidades CRAS (Decreto no 5.085, de 19/05/2004). Segundo Reis e Cabrera (2013),

o PAIF contribui para o alcance de alguns impactos, sendo eles, no âmbito familiar, o fortalecimento à proteção mútua da família e a prevenção do rompimento de seus laços, a partir de ações que possibilitem o reconhecimento das especificidades e da condição de sujeito de direitos de todos os integrantes das famílias; já no âmbito territorial, pretende aumentar a capacidade de mobilização social das famílias, por meio de ações que incentivem a participação política, o protagonismo, a autonomia e o reconhecimento e o acesso a direitos. (p. 58)

Conforme supracitado e, segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), o PAIF caracteriza-se enquanto o principal serviço na proteção social básica. O seu objetivo principal é o de desenvolver o trabalho social com famílias que residem em territórios vulneráveis e que vivenciam situações de risco social, além das dificuldades já mencionadas. Além disso, dentre os objetivos específicos, tem-se o fortalecimento da função protetiva da família, a promoção de aquisições sociais e materiais às famílias, a

promoção de acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos etc (BRASIL, 2012).

Mediante tal panorama, da atuação com os sujeitos e suas demandas que são singulares, vale destacar no que concerne aos direitos igualitários, pois conforme a Política Nacional de Assistência Social e a Lei Orgânica de Assistência Social, na assistência prestada à população, é relevante um atendimento igualitário de direito, sem qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 2007). Neste cenário, os profissionais, ao realizarem um atendimento, não podem reproduzir estigmas e nem segregação, seja por gênero, etnia, raça, religião e orientação sexual (BRASIL, 2009a). Além disso, as próprias tentativas de se colocar em questão os modos (diversos) de ser e estar no mundo, da diversidade enquanto condição de vida e não de estigma, através dos atendimentos e demais intervenções realizadas (neste caso, no CRAS), também se configuram enquanto movimentos importantes de mobilizar a comunidade. Vale mencionar que o presente ensaio propõe repensar as questões de gênero junto à comunidade atendida em um CRAS enquanto tentativa de reflexão e debate sobre um tema que atravessa a comunidade e a sociedade como um todo. Entretanto, tal entendimento nem sempre é colocado em xeque nas situações que demandam um olhar sensível e crítico por parte da comunidade e do serviço público.

Por fim, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) dispõe que o PAIF é um serviço que deve se basear e respeitar a heterogeneidade dos arranjos familiares, isto é, os seus valores, crenças e identidade que compõem modos plurais de ser e estar no mundo e, considerando também, que cada família carrega consigo uma história de vidas. Sendo assim, deve estar fundamentado no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência e do preconceito, possibilitando vias em que ocorra a convivência familiar e comunitária baseada no respeito e compreensão de tais singularidades.

4. SOBRE OS GRUPOS MENSAIS PAIF: A POTÊNCIA DO ENCONTRO NA/COM A COMUNIDADE

Considerando que o PAIF pode ser consolidado de diferentes formas pelo CRAS, ou seja, é viabilizado através de todas as ações promovidas/executadas pela equipe do CRAS, o grupo-PAIF torna-se um espaço potente de encontros na e com a comunidade. O grupo-PAIF, aqui referido, corresponde a encontros mensais entre as famílias referenciadas ao CRAS, com as/os profissionais deste mesmo serviço, com as/os profissionais do SCFV referenciado e com a comunidade; isto é, os encontros são abertos à comunidade do território de abrangência do CRAS. Nesses encontros, são desenvolvidas temáticas que buscam incentivar a reflexão dos sujeitos presentes sobre as vulnerabilidades enfrentadas, formas de superá-las, a identificação de seus recursos e potencialidades (BRASIL, 2012), e das demandas que emergem na própria comunidade. Esses momentos também são de devolutivas dos profissionais sobre as demandas que surgem em cada encontro, tendo um momento de reflexão e debate coletivo acerca das questões a serem trabalhadas nos próximos encontros, bem como para se pensar sobre o decorrer destes encontros.

Conforme mencionado acima, os grupos-PAIF se reúnem conforme cronograma pré-definido semestralmente pelo CRAS, em que moradoras/es da comunidade discutem e trocam experiências através de alguma oficina ou roda de conversa coordenada pela técnica de referência do CRAS (Psicóloga ou Assistente Social). Importante mencionar que os grupos-PAIF ocorrem nos bairros referenciados ao CRAS, ou seja, os encontros ocorrem no mesmo local onde há o SCFV, no turno da noite. Da mesma forma, torna-se relevante identificar que a divulgação dos encontros de grupos-PAIF ocorre na rotina de atendimentos do CRAS e através de bilhetes impressos enviados para as famílias da criança/adolescente que frequenta o SCFV, pois sabe-se da importância de disseminar a informação entre a comunidade para alcançar o objetivo de oferta e interesse das/os moradoras/es da região em participar dos encontros.

Na seção a seguir será apresentada a metodologia utilizada no desenvolvimento da intervenção Psi no *setting* em questão e, a seguir, sobre o desenvolvimento das atividades realizadas acerca das questões de gênero.

5. METODOLOGIA

Considerando a experiência em um CRAS enquanto o *setting* de atuação aqui apresentado, este ensaio teórico analítico e de cunho qualitativo parte de demandas apontadas por um grupo-PAIF acompanhado por este serviço público, que pôs em questão a necessidade de se falar mais sobre questões de gênero na família. A partir da formulação de demandas, a técnica de referência (Psicóloga ou Assistente Social) do CRAS articula ideias e estratégias de intervenção junto ao grupo para buscar promover reflexões e debater com o grupo sobre vivências, problemas e dificuldades vividas e, até mesmo, das dúvidas e questões a serem trabalhadas pelo grupo. Neste caso, houve inserção no planejamento e desenvolvimento das atividades nestes grupos, e assim, configurou o papel que Trad (2009) nomeia de “moderador(a) de grupos”.

Para tanto, utilizou-se a técnica de grupos focais (GF) e consultou-se referências bibliográficas que apontam questões importantes sobre a atuação da Psicologia no CRAS. Sendo assim, a metodologia se dá a partir dos registros em diário de campo e do referencial bibliográfico consultado sobre gênero e atuação Psi no CRAS.

Entende-se que a configuração e os moldes em que ocorrem os grupos-PAIF vão ao encontro com o conceito de GF, onde questões são lançadas ao grupo e trabalhadas de forma dinâmica, na interação grupal e moderada por um(a) coordenador(a). Conforme Aschidamini e Saube (2004), o GF se propõe a cumprir uma determinada tarefa/questão, onde os sujeitos presentes (re)conhecem seu papel grupal de comunicação e aprendizagem. Sendo assim, o grupo tem por objetivo gerar uma gama de respostas e formular hipóteses, não necessariamente chegar a um discurso conclusivo sobre as questões disparadas” (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2004, p. 10).

Importante salientar que os registros em diário de campo ajudaram na compreensão de algumas questões que emergiram no decorrer da atividade desenvolvida, de alguns pontos divergentes e outros convergentes na discussão entre as/os participantes. Na seção a seguir, serão apresentados os dados construídos a partir das atividades supracitadas e dos demais referenciais bibliográficos que somam à(s) reflexão(ões) proposta(s) neste ensaio.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizado um encontro com um grupo-PAIF, tendo como ponto norteador de discussão “o papel do homem na família”. Este tema foi levantado previamente pelo próprio grupo e emerge da realidade em que, na maioria das vezes, são as mulheres que participam mais de algumas responsabilidades da família; bem como, muitas vezes, são os homens que realizam com maior frequência algumas (outras) responsabilidades da família. Neste sentido, a questão norteadora partiu como proposta para se pensar acerca do papel do homem na família e, conseqüentemente, o papel da mulher também entrou em debate, promovendo reflexões de gênero e seus papéis no arranjo familiar e na sociedade.

6.1 “O papel do homem na família”

Em um encontro realizado com um grupo-PAIF que é referenciado ao CRAS, conforme aqui apresentado, o tema “o papel do homem na família” foi apontado como uma demanda a ser trabalhada pelo grupo. Sendo assim, este tema foi apresentado no encontro do mês sucessor, em que foi realizada uma atividade com as 12 pessoas presentes no encontro em questão, tendo duração total de uma hora e vinte minutos.

A atividade foi dividida em cinco momentos: A) uma breve apresentação das pessoas presentes no grupo, pois trata-se de um grupo aberto, isto é, que participam de forma voluntária; B) explicações sobre a dinâmica da atividade e distribuição de folhas em branco e canetas para cada pessoa; C) um tempo mínimo para realizarem a atividade (cerca de 15 minutos); D) leitura voluntária do que se produziu; E) debate sobre as questões apresentadas.

Após apresentação de cada participante, a atividade foi realizada da seguinte forma: cada pessoa escolheria (mentalmente) um homem de sua família (companheiro, pai, irmão, avô, primo, filho...) ou de uma família próxima com quem tem vínculo, sem mencionar nomes. A partir dessa escolha, a/o participante da atividade pensaria sobre as características e o papel que a figura escolhida tem na família, sobre as atitudes, os sentimentos, as emoções, as lembranças... enfim, de um arranjo de informações/características dele através do olhar do outro (do Eu). Tais informações deveriam ser escritas em uma folha em branco, dobrada

ao meio, e cada metade da folha teria os seguintes títulos, na parte superior: A) “Como é...” e B) “Como poderia ser...”, conforme exemplo ilustrado a seguir.

A) COMO É...

- ...
- ...
- ...

B) COMO PODERIA SER...

- ...
- ...
- ...

Sobre a questão “A) Como é”, foi orientado para que as/os participantes refletissem sobre como a figura-homem escolhida é, das suas características, do que julgasse ser importante de pensar e pontuar sobre ele, do que ele faz de bom e/ou de ruim, sobre o que ele gosta ou não de fazer, sobre o que a/o participante sentia/pensava sobre a figura escolhida e etc, das implicações...

Sobre a questão “B) Como poderia ser”, foi orientado para que as/os participantes refletissem sobre como a figura escolhida poderia ser, isto é, a partir dos desejos e necessidades da família e/ou das pessoas que convivem com ele, sobretudo da pessoa participante da atividade, na tentativa de traçar outras possibilidades em relação a sentimentos, expectativas, visão de si e do outro (Eu-Outro), sobre a figura escolhida e das possíveis demandas apontadas pela pessoa participante.

Sobre a primeira categoria, “Como é”, apresentam-se algumas respostas pinçadas que foram obtidas através da atividade realizada:

Resposta 1: *Fica pouco tempo em casa; É carinhoso com a filha; Muito trabalhador; Companheiro; Ele traz a filha no projeto todos os dias; Ajuda no cuidado da filha; Não consegue ver muito o seu pai.*

Resposta 2: *Um pai presente; Um pai dedicado; Um pai trabalhador; Um pai chato e reimento; Nunca deixa faltar leite, danone, principalmente amor.*

Resposta 3: *Trabalhador; Dedicado; Presente na família; Atencioso; Divertido; Carinhoso; Cuidadoso; Amoroso.*

Resposta 4: *Amoroso com os filhos; Rígido; Ensinou muitas coisas boas; Amigo; Carinhoso; Respeitoso; Educado.*

Resposta 5: *Presente nas decisões; Trabalhador e responsável; Às vezes o trabalho atrapalha um pouco.*

Resposta 6: *Rígido; Querido; Sem muita paciência com a minha filha; Ausente em casa; Não ajuda com as contas; Ele é ausente nas atividades da escola e creche de nossos filhos.*

Resposta 7: *Ausente; Desligado; Provedor; Trabalhador; Responsável.*

Resposta 8: *Brigão; Trabalhador; Nervoso; Não escuta; Não dá muita bola.*

Sobre a categoria “Como poderia ser”, apresentam-se alguns exemplos das respostas obtidas pelas mesmas pessoas que participaram acima:

Resposta 1: *Um pai mais presente; Um marido mais presente; Ser mais comunicativo; Expressar mais os seus sentimentos; Não ser tão rígido com os filhos mais velhos; Demonstrar mais afeto aos filhos mais velhos.*

Resposta 2: *Poderia trabalhar menos; Ser menos chato.*

Resposta 3: *Mais presente na escola; Mais presente em reuniões.*

Resposta 4: *Gostaria que ele estivesse aqui hoje para conhecer os netos; Ser presente; Família reunida.*

Resposta 5: *Saber viver mais; Sair mais com as crianças; Ser mais presente; Mais carinhoso; Dedicado e comunicativo.*

Resposta 6: *Mais amigo; Mais presente; Mais amoroso; Mais calmo; Compreensivo; Que me ajudasse mais; Que me visse como gente; Que notasse mais os nossos bebês.*

Resposta 7: *Atencioso; Mais carinhoso; Falar e ouvir em casa; Ajudar na casa; Participar mais das atividades.*

Resposta 8: *Trabalhador; Sair mais com a família.*

De modo geral, a figura apresentada em cada resposta configura-se enquanto o provedor da família, que, muitas vezes, se dedica mais ao trabalho do que às responsabilidades domésticas/familiares. No decorrer da atividade e da socialização das respostas, algumas questões importantes foram levantadas pelo grupo, através de uma reflexão coletiva sobre como o papel do homem e o papel da mulher configuram-se na família e na sociedade:

Me chama atenção que, a cada resposta falada em voz alta, reparo nas pessoas que concordam com o que foi dito, demonstrando apoio e atenção. Quando alguém fala sobre ausência e rigidez, a questão do trabalho surge como justificativa, como se a dedicação ao trabalho anulasse algumas características negativas da figura escolhida. A questão da mulher responsabilizar-se mais pela casa surge com frequência no debate, porém não é propriamente apontada nas respostas escritas na folha [...] Muito interessante quando as/os participantes apontam exemplos de responsabilidades domésticas/familiares que são apropriadas à mulher ou ao homem, tendo como fator central a dedicação ao trabalho, sendo que, quem trabalha mais participa menos de tais responsabilidades. Neste ponto, há uma discussão acerca de tal panorama, sendo que, conforme mencionado por uma participante e concordado pela maioria do grupo, “hoje em dia não é só o homem quem trabalha, tem muita mulher trabalhando e homem cuidando da casa” sic. (Diário de campo, registro de setembro/2019).

Interessante identificar as questões que surgem na categoria “Como poderia ser”, pois trata-se de características vistas como importantes pela pessoa participante sobre a figura eleita. Trata-se de questões que demandam desde uma sensibilidade maior quanto às questões familiares (afeto, carinho, atenção, apoio...) até uma necessidade de participar mais das responsabilidades familiares e da casa.

A gente até vê o que tem de problema na vida, na família, na casa, com os filhos, no casamento... mas resolver é que fica difícil [...] nem é culpa de um ou de outro, todo mundo que mora na casa tem que ter responsabilidades, mas é normal que a mãe acaba fazendo de tudo um pouco pra manter a ordem [...] às vezes mal dá pra se ver e conversar, é tanta coisa pra cuidar, é tanto tempo fora, as criança no colégio e no projeto, o esposo trabalhando, sempre tem o que fazer e reparar em casa... quando todo mundo tá em casa tão cansados e já é tarde da noite. (Fala de Julia em encontro realizado com grupo-PAIF. Diário de campo, registro de setembro/2019).

De modo geral, houve uma compreensão de que muitas das respostas escritas nas folhas de papel são dificuldades enfrentadas não apenas pela figura escolhida, mas pela família. Bem como, muitas características positivas, também apontadas nas respostas, demandam um reconhecimento por parte da família para fortalecimento de vínculos, potencializando as suas capacidades e qualidades individuais que funcionam no coletivo. Identificou-se que a categoria “Como poderia ser” serviu de possibilidade para as/os participantes refletirem sobre questões que podem ser importantes no âmbito familiar e que, muitas vezes, dependem de uma atenção mínima para alcançar e concretizar.

Dentre as demandas levantadas pelo grupo, viu-se que socialmente tem-se o costume de atrelar tarefas e responsabilidades para cada papel de gênero na família. As filhas mulheres cuidam da casa e das/os irmãs/ãos, os filhos homens ajudam o pai com tarefas manuais. As mães cozinham, cuidam da casa,

cuidam das/os filhas/os, participam das reuniões no colégio e no projeto social. O homem passa o dia fora para garantir o sustento da família. Quando verbalizo tais pontos que surgiram durante a discussão em grupo, algumas expressões contraditórias e ressalvas são apontadas: “É... não quer dizer que o pai também não tem que fazer as outras coisas da família, cuidar da casa e das/os filhas/os, participar algumas vezes pelo menos dessas reuniões de colégio e projeto” [...] “Lá em casa a coisa muda quando um se estoura com o outro, quando chega num limite... daí a gente acaba dividindo tudo de novo as tarefas. Nesse ano eu fiquei responsável por participar das reuniões de colégio e projeto no primeiro semestre, no segundo semestre vai ser meu esposo”. Por fim, o grupo identificou que há uma necessidade de comunicação clara entre os membros da família como uma possível solução para muitas dificuldades e problemas existentes. Além da comunicação, o rompimento de uma visão estigmatizada das questões de gênero é essencial para melhor convivência entre seus membros, pois as responsabilidades familiares são vistas como fenômeno coletivo e de acordo com as possibilidades existentes no âmbito familiar. O grupo sugeriu que esta atividade fosse novamente realizada em novo encontro, tendo como tema “o papel da mulher na família” (Diário de campo, registro de setembro/2019).

Em 2006, Narvaz e Koller já afirmavam que, no âmbito familiar, a realidade de que o papel masculino continuava representando a lei e a autoridade vinha sendo questionada. Apesar de todas as conquistas advindas das lutas feministas e dos estudos de gênero e sexualidade, a representação social sobre a mulher, isto é, do papel agregado à figura feminina, continua sendo focada no espaço familiar, cabendo a ela o cuidado afetivo aos membros da família à qual pertence (SERPA, 2010).

Considerando que os estudos feministas vêm revendo conceitos, desenvolvendo teorias e produzindo trabalhos científicos de suma importância para o avanço de lutas sociais pela igualdade de gênero, a autora Serpa (2010) ressalta que, assim mesmo, a mãe continua sendo diretamente relacionada com os aspectos de afetividade e intermediadora dos conflitos e, “mesmo que tenha independência financeira ou que seja em realidade a provedora da família, tende a manter, em alguns grupos sociais, um papel de submissão ao masculino” (p. 16).

De acordo com as respostas obtidas através da atividade aqui apresentada, além das distinções dos papéis de gênero em âmbito familiar, outras questões atravessam esse campo e influenciam as relações, sendo as funções sociais de cada membro (atreladas ou não à questão de gênero), a posição relativa que cada membro ocupa nas tramas das relações e, a partir desse arranjo, compõem-se a unidade de reprodução biológica, econômica e sociocultural que caracterizam os modos e vivências de uma unidade familiar. Sendo assim, é importante considerar que todas essas nuances psicossociais da constituição familiar, aliadas aos arranjos comunitários de cada localidade e ao ambiente onde se inserem, têm relação direta com os modos de subjetivação dos sujeitos. Mariano (2008 citado por TAFFARELLO; ANSARA, 2015) afirma que a família tem sido compreendida pelas políticas sociais de forma abstrata, uma vez que ignoram em sua análise a questão de gênero, sendo que tal categoria deve ser considerada como elemento estruturante das relações familiares.

Sobre as questões de gênero, é relevante apresentar alguns apontamentos de Scott (1995), sendo que gênero deve ser pensado como um campo político de disputas em que o poder se manifesta, constituindo significados e organizando de forma hierárquica as relações de gênero. A oposição entre homem e mulher enquanto problemática que é reproduzida na e pela sociedade acaba por caracterizar discursos e configurações sociais estigmatizantes e opressivas (SCOTT, 1995). Sendo assim, gênero não é

um fenômeno pré-existente, ou algo que é simplesmente “dado”, mas que é incessantemente materializado pelas ações e sentidos produzidos pela sociedade e (re)pensado pela mesma, através de movimentos crítico-reflexivos essenciais frente às especificidades que devem ser respeitadas. Neste sentido, debater sobre os papéis de gênero nos mais diversos contextos sociais acaba sendo uma possibilidade e movimento importante na esteira de ações e intervenções possíveis pela Psicologia.

7. REFLEXÕES FINAIS

Considerando que, através do SUAS, propõe-se o desenvolvimento de práticas profissionais com enfoques interdisciplinar e intersetorial, pois compreende-se que as medidas para o enfrentamento às vulnerabilidades e riscos sociais é complexo e singular, exige-se, então, uma integração de contribuições teóricas, técnicas e territoriais das diferentes áreas atuantes nas políticas públicas. Entende-se que a linha de frente no combate de desigualdades, preconceitos e exclusão social deve se dar com atores sociais que (re)conhecem tais especificidades que compõem essas demandas, sendo uma composição que emerge no próprio território, com sujeitos que vivem na realidade de vulnerabilidades e riscos, ou que já viveu, e com as/os profissionais atuantes nas políticas públicas.

Através do presente trabalho, objetivou-se apresentar, de forma breve, sobre o PAIF, operacionalizado através do CRAS, e mais especificamente, sobre alguns efeitos reflexivos e de debate coletivo que podem emergir através dos grupos-PAIF. Atentou-se para as práticas Psi neste contexto, apostando nas possibilidades de atuação que são diversas e que devem focar-se nas especificidades do território, isto é, sobre a comunidade que (con)vive ali. Sabe-se que o fazer-Psi é complexo e demanda da/o Psicóloga/o não apenas conhecimentos teóricos e técnicos, mas antes disso, uma atenção humanizada e práticas reflexivas mediante especificidades nos modos de ser e estar no mundo.

Dos dados que emergiram da atividade proposta com o grupo-PAIF aqui apresentada, identifica-se que as questões de gênero permeiam as relações, pessoais, sociais e familiares, e apontam demandas importantes que podem ser trabalhadas pelo SUAS. Identificou-se que, muitas vezes, o homem é socialmente relacionado à figura de provedor/trabalhador e dedica-se pouco às questões familiares/domésticas. Neste sentido, as responsabilidades familiares/domésticas são atribuídas à mulher, quando não possui vínculo empregatício. Porém, quando há uma “inversão de papéis”, o fenômeno trabalho é identificado como fator principal, pois, restaria pouco tempo e dedicação para as responsabilidades da casa/família. As questões de gênero foram colocadas em xeque pelo grupo, a partir de uma reflexão coletiva às atribuições relacionadas ao homem e à mulher, entendidas como questões de gênero.

As/os próprias/os participantes do grupo demonstraram interesse na temática e sugeriram que, em um próximo encontro, a mesma atividade poderia ser realizada para se pensar de forma mais aprofundada sobre o papel da mulher na família e, até mesmo, em relação à questão geracional que atravessa as relações sociais/familiares, bem como, das configurações familiares; no caso de família monoparental, por exemplo.

Sendo assim, viu-se que o debate coletivo que emergiu da atividade proposta e apresentada aborda não apenas os modos e sentidos atribuídos ao papel do homem na família, mas também os que emergem da figura feminina em âmbito familiar. De toda forma, viu-se que as questões de gênero podem ser trabalhadas enquanto dispositivo de análise pela Psicologia, pois trata-se de modos e sentidos (re)produzidos pela e na família que devem ser consideradas nas estratégias de atuação do CRAS.

Considera-se que a atuação da Psicologia possui grande importância no desenvolvimento de ações que contribuam para uma reflexão e debate coletivo acerca de demandas e das subjetividades que emergem de diversos contextos sociais, tendo em vista a promoção de direitos e o fortalecimento de vínculos familiares e sociais. Por fim, enfatiza-se a necessidade latente de que, para além da base teórico-reflexiva e das técnicas de intervenção Psi no contexto da Assistência Social, deve-se conhecer a rede pública e privada de serviços existentes na região. Isto é, considerando a pluralidade de demandas que chegam em um CRAS, que é a porta de entrada ao SUAS, a/o Psicóloga/o deve identificar o que pode ser atendido por este serviço, ou seja, o que lhe compete fazer mediante as referências técnicas de atuação e demais normativas, e também, para onde encaminhar e quais informações básicas repassar ao sujeito (ou, família), nos casos em que são demandas que não são atendidas pelo CRAS. Neste caso, o bom entendimento e relações das/os profissionais da rede, em conjunto com a efetivação de projetos e programas sociais do Estado e iniciativas privadas, é primordial para atender as demandas emergentes e na busca de garantir o acesso aos direitos básicos da população que vive em situação de vulnerabilidade e riscos sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araujo de. Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília: CFP, v. 37, n. 2, p. 378-392, abr/jun., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001412016>

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. Grupo focal, estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Cogitare Enfermagem**. Curitiba: UFPR, v. 9, n. 1, p. 9-14, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1700>

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. - Brasília: 405 p., Série textos básicos, n. 25, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB/RH/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 6 ed. Brasília: MDS, LOAS, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004, 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1ª ed, 2009b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF. Trabalho Social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Brasília: Departamento de Proteção Social Básica (DPSB), 2017.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social - Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília: CFP/CFESS, 2007.

CREPOP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2007). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2007.

CRONEMBER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. **Revista Interface**. Natal: UFRN, v. 9, n. 2, p. 92-117, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/13389/familias-vulneraveis-como-expressao-da-questao-social-e-a-luz-da-politica-de-assistencia-social/i/pt-br>

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e Sociedade**. Recife: Associação Brasileira de Psicologia Social, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

SERPA, Monise Gomes. Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino: um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas. **Psicologia e Sociedade**. Recife: Associação Brasileira de Psicologia Social, v. 1, n. 22, p. 14-22, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100003>

TAFFARELLO, Ingrid Matzmbacher Stocker; ANSARA, Soraia. A pobreza como porta de entrada: análise psicopolítica das práticas do CRAS. IN: ACCORSSI, Aline. Et al. (Orgs.). **Distintas faces da questão social: desafios para a psicologia** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Abrapso Editora & Edições do Bosque, n. 5, 2015. Disponível em: https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=469

TRAD, Leny Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos, e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>

Contribuições das autoras

Maria Luiza Adoryan Machado: Autora e Revisora.

Silvia Virginia Coutinho Areosa: Autora e Revisora.
